

## **CAVALCANTI, ODON BEZERRA**

\*rev. 1930; const. 1934; dep. fed. PB 1935-1937; interv. PB 1946.

*Odon Bezerra Cavalcanti* nasceu em Bananeiras (PB) em 20 de maio de 1901, filho de Leopoldo Bezerra Cavalcanti, grande proprietário rural, e de Júlia Gabino Bezerra Cavalcanti.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal, mudando-se depois para a cidade de Paraíba, atual João Pessoa, onde cursou o Colégio Diocesano Pio X e o Liceu Paraibano. Em 1919 matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife e começou a trabalhar como inspetor federal de estradas. Nos dois anos seguintes foi inspetor de obras contra as secas. Foram seus contemporâneos na faculdade jovens que se tornariam líderes políticos e intelectuais de destaque na Paraíba, como Argemiro de Figueiredo, Álvaro Gaudêncio de Queirós, Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, José Marques da Silva Mariz e José Lins do Rego. Ainda em Recife ingressou na carreira militar, incorporando-se em 1922 ao 21º Batalhão de Caçadores. Transferiu-se em seguida para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e de março de 1923 a março de 1924 cursou a Escola Militar do Realengo, da qual foi expulso por suspeita de envolvimento nas conspirações tenentistas contra o governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926). Em dezembro de 1924 bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Retornando à Paraíba, elegeu-se prefeito de Bananeiras, cargo que exerceu de abril de 1928 a fevereiro de 1929. Nesse ano aderiu à Aliança Liberal, que lançou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa, o primeiro presidente do Rio Grande do Sul e o último da Paraíba, à presidência e à vice-presidência da República nas eleições marcadas para março do ano seguinte. Com a derrota dos aliancistas, seguida, em julho, do assassinato de João Pessoa, passou a participar da conspiração liderada pela Aliança Liberal contra o governo do presidente Washington Luís (1926-1930). Ao lado dos tenentes Juarez Távora, Juraci Magalhães, Agildo Barata e outros ex-colegas da Escola Militar e da Faculdade de Direito, trabalhou como elemento de ligação do Nordeste com o Sul, mantendo-se em contato com Osvaldo Aranha, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias e outros chefes revolucionários. Na Paraíba, estabeleceu a comunicação entre os batalhões federais no interior.

Ao eclodir a revolução na Paraíba, em 4 de outubro de 1930, foi comissionado no posto de

capitão e participou da tomada do 22º BC. Com a rápida vitória dos revolucionários e a ascensão de José Américo de Almeida ao governo estado (4 de outubro a 26 de novembro), em 12 de outubro foi nomeado secretário de Segurança e no dia seguinte tomou posse. Nessa época, teve oportunidade de retornar à carreira militar, beneficiado pela anistia concedida pelo governo provisório de Getúlio Vargas aos envolvidos nas rebeliões tenentistas, mas recusou-a. Durante o governo do interventor federal Antenor Navarro (26 de novembro de 1930 a 26 de abril de 1932), deixou a Secretaria de Segurança em 13 de fevereiro de 1931, e no mês seguinte foi nomeado secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. De maio a julho do mesmo ano assumiu interinamente a interventoria.

Quando eclodiu a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, comissionado como tenente-coronel, organizou e comandou um batalhão da polícia paraibana contra os insurgentes. Em agradecimento aos serviços prestados, o governo federal deu-lhe o posto de tenente-coronel honorário da Polícia Militar.

Em maio de 1933, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Progressista da Paraíba. Em outubro de 1934 elegeu-se deputado federal para a legislatura ordinária que seria iniciada em maio de 1935 e tornou-se membro das comissões de Legislação Social e de Reforma Ortográfica. Foram seus companheiros de bancada o ex-interventor Gratuliano da Costa Brito, José Gomes da Silva, que viria a ser também interventor, Heretiano Zenaide, José Pereira Lira, Samuel Duarte e Rui Carneiro. Exerceu seu mandato até 10 de novembro de 1937, quando todos os órgãos legislativos foram fechados pelo golpe que instaurou o Estado Novo (1937-1945). No início de 1938 reabriu sua banca de advogado na capital paraibana e em 1940 tornou-se advogado do Banco do Brasil em João Pessoa, função que exerceria até a morte.

Com a desagregação do Estado Novo em 1945, colaborou na organização do Partido Social Democrático (PSD) e apoiou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à sucessão presidencial. Vitorioso o candidato do PSD em dezembro de 1945, foi nomeado, em 6 de fevereiro do ano seguinte, interventor federal na Paraíba, em substituição ao desembargador Severino Montenegro. As eleições para os governos estaduais teriam lugar em janeiro de 1947. Encontrando a Paraíba em grande crise financeira, pediu empréstimo à Caixa Econômica Federal, destinado à restauração dos serviços de água e eletricidade, à ajudagem, à construção de prédios públicos e ao crédito agrícola. A iniciativa foi combatida pela

oposição, que questionou o destino da verba e alertou sobre as consequências do empréstimo para os governos futuros.

Exonerado a pedido em 22 de setembro de 1946, pois precisava se desincompatibilizar do cargo para concorrer a mandato eletivo, elegeu-se, em janeiro de 1947, deputado à Assembleia Constituinte da Paraíba pelo PSD. Assumindo o mandato em março seguinte, liderou a bancada do partido durante os trabalhos legislativos e integrou a comissão incumbida de organizar e instrumentalizar o projeto da nova Carta da Paraíba. Promulgada a nova Constituição estadual em 11 de junho de 1947, e com a Constituinte estadual transformada em Assembleia Legislativa, teve o mandato prorrogado até o fim da legislatura, em janeiro de 1951. Mas licenciou-se do cargo para dar lugar ao primeiro suplente, João Luís de Luna Freire. Com a eleição do deputado Osvaldo Pessoa para a prefeitura de João Pessoa, em outubro de 1947, Luna Freire foi efetivado e Odon reassumiu sua cadeira no mês seguinte. Passou a integrar a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, da qual se tornou presidente. Permaneceu no exercício regular do mandato durante o ano de 1948, mas, em 1949, acometido de grave enfermidade, licenciou-se sucessivas vezes. Faleceu em João Pessoa em 12 de agosto de 1949, em pleno exercício do mandato. Era casado com Aline Cunha Bezerra Cavalcanti, com quem teve um filho. Seu primo Clóvis Bezerra Cavalcanti foi governador da Paraíba de maio de 1982 a março de 1983. Há uma rua na capital paraibana que leva o seu nome.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. dep. seus componentes*; CARNEIRO, G. *História*; *Diário do Congresso Nacional*; ENTREV. PEIXOTO, A.; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; NÓBREGA, A. *Chefes*; PINTO, L. *Fundamentos*; SILVA, H. 1930; TÁVORA, J. *Vida*.